

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: No mar, a riqueza e o futuro das nações:	2
Título: Brics ignora América Latina em declaração final	4
Título: » Agora vai.	6
Título: » Oiapoque ao Chuí.....	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	7
Título: BNDES diz que vai reduzir carteira de ações em até 80% em 3 anos	7
Título: China põe fundos de US\$ 100 bilhões à disposição do país	7
Título: Em reunião fechada, Bolsonaro se retrata por críticas à China.....	10
Título: Parte de óleo recolhido em praias vira cimento e carvão	13
VEÍCULO: O Globo.....	14
Título: ‘Nossa aparente normalidade inclui uma rotina de catástrofes’	14

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/11/2019****Seção: Espaço Aberto****Autor: Ilques Barbosa Junior****Título: No mar, a riqueza e o futuro das nações:**

O mar faz parte da vida dos brasileiros. Pelo mar fomos descobertos. Por ele chegaram os primeiros invasores e consolidamos nossa independência e nosso território. Com a proximidade do dia 16 de novembro, Dia Nacional da Amazônia Azul, é importante refletirmos sobre o potencial estratégico do mar para nosso país. Desde os bancos escolares ouvimos dizer que o Brasil é um país continental, cuja área de aproximadamente 8,5 milhões de quilômetros quadrados só é menor que o de outros quatro países do mundo. O que muitos ainda desconhecem, contudo, é que o País possui jurisdição sobre uma área oceânica com cerca de 5,7 milhões de km², que equivale a mais da metade da nossa massa terrestre.

Dada a importância estratégica desse espaço marítimo, das riquezas nele contidas e da imperiosa necessidade de garantirmos sua proteção e preservação, a Marinha do Brasil, buscando chamar a atenção da sociedade para as potencialidades desse patrimônio, passou a denominá-lo Amazônia Azul, tão promissora e estratégica quanto sua irmã mais conhecida, a Amazônia Verde. Dos mares retiramos cerca de 95% do petróleo, 80% do gás natural e 45% do pescado produzidos no País. Pelas rotas marítimas escoamos mais de 95% do comércio exterior brasileiro.

No mundo globalizado, cada vez mais dinâmico e conectado em que vivemos, é por meio de cabos submarinos que flui o tráfego de dados responsável por quase toda a comunicação com o mundo, incluindo a internet. Segundo estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), até 2030 é previsto um crescimento anual de 3,5% para as indústrias globais baseadas nos oceanos – percentual muito superior ao aumento projetado para o produto bruto mundial no mesmo período, com perspectiva de geração de milhões de empregos relacionados às atividades marítimas.

Também segundo projeções da OCDE, a demanda pelo comércio marítimo triplicará entre 2015 e 2050, respondendo os navios por mais de 75% do transporte global de carga. O conceito de economia azul emerge, trazendo reflexões sobre a contribuição dos oceanos à economia e a necessidade de garantir a sustentabilidade ambiental e ecológica dos espaços marítimos.

Se, por um lado, essa dinâmica instrumenta o uso dos recursos vivos e não vivos em benefício do desenvolvimento, por outro, provoca crescente preocupação

com a saúde dos oceanos, principalmente para assegurar que as futuras gerações também possam usufruir os preciosos recursos neles existentes. Nesse cenário, um desafio que se afigura é a implantação de modelos de atividade econômica em arranjos produtivos (clusters), os quais podem servir como mecanismos catalisadores do desenvolvimento, constituídos por atores da cadeia produtiva relacionada às atividades no mar.

No Brasil, o maior desafio tem sido expressar, por meio de políticas públicas consistentemente concebidas, acompanhadas e avaliadas, esse entendimento sobre a importância estratégica do mar. Passados 25 anos de sua última revisão, uma nova Política Marítima Nacional se apresenta como solução indispensável para que o País empreenda as transformações necessárias para a implementação de uma estratégia nacional para o mar – apresentando um modelo de desenvolvimento firmado no uso econômico e sustentável dos oceanos.

Entendendo a transversalidade, importância e complexidade do tema, a Marinha do Brasil propôs ao ministro de Estado da Defesa a criação de um grupo de trabalho interministerial, integrado por representantes de 13 ministérios, visando à reformulação da atual Política Marítima Nacional. Os resultados concretos dessa política multissetorial serão vistos com a efetiva integração e o engajamento dos múltiplos atores, instituições e entidades públicas e privadas que atuam no mar ou dele se beneficiam. A participação da sociedade e dos diversos grupos de interesse envolvidos é primordial nessa construção.

Também merece destaque a nossa promissora Marinha Mercante. Ante o projetado cenário de crescimento da demanda pelo setor de transporte marítimo, que responde pela quase totalidade do comércio exterior do Brasil, faz-se mister dispor de tripulantes adequadamente formados e qualificados, de uma frota plenamente dimensionada para o atendimento daquela demanda, de uma infraestrutura portuária robusta e moderna, bem como de serviços compatíveis com os rígidos padrões internacionais de produção, transporte e regulação.

Por outro lado, o mar também pode ser via para ilícitos e ameaças, como pirataria, terrorismo e tráfico de drogas. Recentemente o Brasil foi alcançado por uma dessas ameaças, cujos efeitos transcenderam para outras esferas, como a econômica e a social: desde setembro vivenciamos uma severa agressão, com vários pontos do litoral nordestino atingidos por óleo bruto, decorrente de um crime ambiental.

A garantia da soberania nos nossos mares é, portanto, fundamental para o aproveitamento de suas potencialidades, o que reforça a necessidade de o País

dispor de uma Marinha moderna e adequadamente equipada, compatível com a dimensão das águas jurisdicionais brasileiras e com a inserção política estratégica almejada pelo Brasil no cenário internacional.

Por sua grande extensão, também é necessário dispor de sistemas de monitoramento e vigilância com alcance que permita identificar ameaças e situações que requeiram pronta resposta do Estado brasileiro. Por fim, é importante ressaltar que o Dia Nacional da Amazônia Azul foi instituído com o propósito precípua de darmos o primeiro e mais importante passo para a conscientização do povo brasileiro quanto ao imenso patrimônio existente em nossas águas, o qual, mesmo ainda incalculável, pertence ao Brasil e a todos os brasileiros.

ALMIRANTE DE ESQUADRA, É COMANDANTE DA MARINHA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/11/2019

Seção: Internacional

**Autor: Camila Turtelli Felipe Frazão Lorena Rodrigues Mateus Vargas /
BRÁSÍLIA**

Título: Brics ignora América Latina em declaração final

Divergências entre Brasil e demais países do bloco, especialmente sobre a crise na Venezuela, impediu consenso sobre tema

Os países do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) ignoraram as crises políticas na América Latina na declaração final da cúpula que terminou ontem em Brasília. No documento negociado pelos cinco líderes, há um capítulo que menciona “conjunturas regionais”, onde teria sido possível incluir a questão. Apesar de esforços do governo Jair Bolsonaro para sensibilizar Xi Jinping (China), Vladimir Putin (Rússia), Narendra Modi (Índia) e Cyril Ramaphosa (África do Sul), há divergências entre o Brasil e os demais membros do bloco, principalmente no caso da crise política da Venezuela. Na declaração final, são dedicados parágrafos inteiros para tratar dos conflitos no Oriente Médio, Ásia e África, entre eles, no Iêmen, Golfo Pérsico, Afeganistão, Península Coreana, Síria, Líbia e Sudão.

Em geral, o Brics apoia esforços de ajuda humanitária e rechaça intervenções militares. O bloco trata também da questão palestina e defende a solução de dois Estados. No entanto, a convulsão social venezuelana foi deixada de fora. Divisões. O principal motivo é que o Brasil é o único do Brics a trabalhar contra Nicolás Maduro e a reconhecer Juan Guaidó como o presidente legítimo. Também era o único país a interpretar como processo democrático a queda de

Evo Morales na Bolívia – até ontem, quando o governo da Rússia reconheceu Jeanine Áñez como presidente interina. Já a crise venezuelana continua dividindo o bloco.

Enquanto Bolsonaro reconhece o opositor Juan Guaidó como presidente interino e faz oposição ao regime chavista, China, Rússia, Índia e África do Sul veem como legítima a eleição do presidente Nicolás Maduro, em maio de 2018. A China é uma das principais fontes de receita do governo chavista e já teria investido cerca de US\$ 60 bilhões, desde os anos 2000, em empréstimos vinculados a contratos de compra de petróleo, financiamentos e parcerias. Os chineses são os maiores importadores de petróleo do mundo e a Venezuela, embora tenha uma produção combatida, é um fornecedor do produto. Parceria. A Rússia também funciona como tábua de salvação do chavismo. Desde 2010, a Rosneft, estatal russa do petróleo, já colocou US\$ 9 bilhões na Venezuela. No último encontro com Maduro, Putin prometeu investir mais US\$ 16,6 bilhões até o fim do ano.

Como o governo venezuelano é alvo de sanções americanas – que restringem o acesso do país ao sistema financeiro global – aviões carregados de dólares costumam fazer o trajeto Moscou-Caracas. De acordo com a Bloomberg, citando documentos da firma ImportGenius, entre maio de 2018 e abril de 2019, pelo menos US\$ 315 milhões em notas de dólares e euros foram enviados em seis remessas da Rússia para a Venezuela. Os projetos russos, porém, vão além do financiamento da burocracia venezuelana e afetam também um setor estratégico: o militar. O chavismo transformou-se em um cliente assíduo do Kremlin, comprando desde caças Sukhoi até um sofisticado e caro sistema de defesa antiaérea. Os outros dois países do Brics também têm interesses na Venezuela.

A Índia é um dos que mais consomem petróleo no mundo e precisa manter uma fonte diversificada de importadores. Em março, o país tornou-se o maior comprador de petróleo venezuelano. Houve uma interrupção na compra, retomada em outubro. Os indianos pagam em dinheiro, diferentemente de China e Rússia, que abatem das dívidas contraídas pelo chavismo. No caso da África do Sul, a relação é ideológica. Durante a Guerra Fria, vários movimentos de resistência africana foram apoiados por regimes socialistas. Os ex-presidentes Nelson Mandela e Thabo Mbeki sempre foram gratos aos que defenderam a causa. Hugo Chávez soube expandir a ação, distribuindo petróleo na África em troca de apoio diplomático.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/11/2019****Seção: Colunas****Autor: ALBERTO BOMBIG****Título: » Agora vai.**

Coluna do Estadão

Rodrigo Maia assinou a CPI do Óleo, que investigará as causas e consequências das manchas de óleo que atingiram o litoral nordestino. A decisão será publicada na segunda-feira e a comissão deverá ser instalada na próxima semana.

COM MARIANA HAUBERT E MARIANNA HOLANDA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 15/11/2019****Seção: Colunas****Autor: FERNANDA GUIMARÃES, CIRCE BONATELLI, FERNANDA NUNES E MARCIO RODRIGUES****Título: » Oiapoque ao Chuí.**

Coluna do Broadcast

Em meio ao avanço recente nos preços dos combustíveis, o Amapá foi o Estado no qual o consumidor pagou o menor valor médio, de R\$ 4,01, pelo litro de gasolina comum em outubro. Na outra ponta, aparece o Acre, com uma média R\$ 5,011 por cada litro do combustível, diferença de quase 25%, segundo levantamento da ValeCard, empresa especializada em soluções de gestão de frotas, junto a cerca de 20 mil estabelecimentos em todo o Brasil. Na média de todo o País, o preço médio da gasolina comum foi de R\$ 4,556 no mês passado, alta de 0,7% ante setembro.

» Desigual. No levantamento por capitais, Florianópolis apresenta o menor preço médio da gasolina (R\$ 3,899), e o Rio de Janeiro, o maior (R\$ 4,934). Florianópolis, por sinal, tem o único valor abaixo da casa dos R\$ 4 em toda a pesquisa, incluindo capitais, Estados e regiões.

» Nicho. A francesa Engie venceu a disputa pela iluminação pública da cidade mineira de Uberlândia. A empresa vai participar de uma Parceria Público Privada (PPP) voltada principalmente à modernização e à expansão da infraestrutura do município. O contrato prevê a substituição de mais de 87 mil lâmpadas do modelo tradicional pelas de tecnologia LED, o que deve gerar economia à

prefeitura de quase 50% na conta. A lista de melhorias ainda inclui o atendimento a 12 prédios históricos e a instalação anual de mais 550 pontos de luz. A contratação da Engie foi publicada no Diário Oficial de Uberlândia na segunda-feira, 11. Na região, a empresa já opera duas usinas hidrelétricas, de Jaguará e Miranda.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/11/2019

Seção: Mercado

Autor: RIO DE JANEIRO | REUTERS O

Título: BNDES diz que vai reduzir carteira de ações em até 80% em 3 anos

BNDES vai reduzir sua carteira de ações em até 80% nos próximos três anos, disse nesta quinta (14) o presidente do banco de fomento, Gustavo Montezano.

Segundo ele, a instituição pode vender esses papéis via oferta pública, mesa de operações ou em bloco.

A cúpula da instituição decidiu recentemente que o BNDES mudará sua carteira de investimentos, aproximando-se mais do perfil de bancos de fomento globais.

A carteira de ações do BNDES é de cerca de R\$ 120 bilhões. Entre as principais participações estão empresas como Petrobras, Vale, Eletrobras, Suzano e JBS.

O limite de risco diário do BNDES (perda máxima com 99% de confiança no horizonte de um dia) é de R\$ 5,6 bilhões, e a ideia é baixar para R\$ 600 milhões em três anos.

Segundo Montezano, o limite de risco das demais instituições financeiras é em média de R\$ 100 milhões ao dia.

“Éramos um bicho fora da curva”, disse após divulgação do resultado do terceiro trimestre, quando o banco teve lucro de R\$ 2,7 bilhões, ante R\$ 1,6 bilhão em igual período de 2018.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/11/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: China põe fundos de US\$ 100 bilhões à disposição do país

Maior parte dos recursos deverá financiar projetos de infraestrutura no país

Brasília A China pôs à disposição do governo Jair Bolsonaro mais de US\$ 100 bilhões de pelo menos cinco fundos estatais para uma nova rodada de investimentos no Brasil.

Nas reuniões ocorridas entre os países nesta semana em Brasília, Pequim também sinalizou com uma expansão do crédito por meio de seus bancos no Brasil para competir principalmente por clientes do agronegócio e da indústria.

No caso dos fundos de investimento, a maior parte dos recursos deverá financiar projetos de infraestrutura.

O ministro da área no Brasil, Tarcísio de Freitas, assinou na quarta-feira (13) um acordo de cooperação com o ministro dos transportes da China, e, ao longo de cinco anos, haverá uma parceria na elaboração de projetos.

Essa parceria pode destravar um fundo criado pelos dois países em 2017 destinado principalmente à expansão de malha logística no país.

Desde a posse de Bolsonaro, nenhuma reunião ocorreu para decidir quais seriam os empreendimentos a serem financiados com os recursos desse fundo binacional.

Os chineses aguardam o sinal verde do Brasil para depositar US\$ 15 bilhões. Segundo o acordo, o Brasil terá de entrar com US\$ 5 bilhões como contrapartida.

Levantamento do CEBC (Conselho Empresarial Brasil-China) mostra que, na última década, os investimentos chineses acumulados no país foram de US\$ 57 bilhões em 145 projetos espalhados por 21 estados e o Distrito Federal.

“Não temos os dados atualizados, mas, neste ano, seguramente, deve passar de US\$ 60 bilhões”, disse Túlio Cariello, coordenador de análise e pesquisa do CEBC.

A maior parte desse investimento ocorreu a partir de 2017, com o programa de concessões e privatizações do então presidente Michel Temer.

Os chineses se consolidaram no setor elétrico, adquirindo geradoras, distribuidoras e linhas de transmissão. Somente em 2018, foram 12 projetos das estatais State Grid e China Three Gorges, com desembolsos de US\$ 1,7 bilhão.

Apesar de a maior parte do investimento se concentrar em energia, grupos chineses estão presentes nos mais variados ramos da economia brasileira,

desde a fabricação de máquinas e equipamentos, passando por telecomunicações, papel e celulose, até petróleo e gás, agricultura e varejo.

Segundo Cariello, em uma primeira fase de investimentos (de 2007 a 2011), a China buscou projetos chamados greenfield, nome que se dá a um empreendimento que começa do zero como a construção de uma fábrica.

De 2012 a 2016, a preferência passou para a compra do controle ou de participação minoritária em empresas já estabelecidas. Na gestão Temer, o apetite dos chineses aumentou com o programa de concessões e privatizações.

As relações com o Brasil começaram a estremecer com a posse de Bolsonaro, que reforçou o discurso usado na campanha de que não aceitaria a política da China de “comprar o Brasil, e não do Brasil”.

A situação ficou mais tensa quando Bolsonaro fechou um acordo de parceria com o presidente Donald Trump. China e EUA travam guerra comercial, com elevação mútua de tarifas.

A China é o principal parceiro comercial do Brasil. De janeiro a outubro, o Brasil exportou US\$ 51,5 bilhões para o país asiático e importou US\$ 30 bilhões.

A mudança de rumo na relação com a China ocorreu no fim de outubro, durante visita oficial de Bolsonaro ao país. No encontro com o dirigente chinês, Xi Jinping, o brasileiro pediu que as petroleiras chinesas participassem do megaleilão do pré-sal para garantir presença estrangeira. A China foi o único país que entrou na disputa.

A abertura para o país asiático ocorre no momento em que os resultados do alinhamento com os EUA não surtem os efeitos esperados pelo governo brasileiro, que, em contrapartida, fez diversas concessões.

Uma delas, a abertura do mercado de trigo para produtores americanos, desagradou à China, que fizera o mesmo pedido ao Brasil, sem sucesso.

O Brasil também busca o apoio dos EUA para entrar na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). O país está na fila, e a Argentina foi anunciada recentemente como prioridade.

Caso a mudança de rumo nas relações se confirme, os chineses também querem ampliar a presença de seus bancos, principalmente os de fomento, como o China Development Bank, para expandir o crédito.

Bancos como o ICBC (Industrial and Commercial Bank of China), o Bank of China, o Haitong e o CCB (China Construction Bank) devem ampliar neste ano seu patrimônio, hoje na casa dos US\$ 3,5 bilhões, para poder concorrer na oferta de crédito nas áreas de agricultura e indústria, principalmente.

Por trás dessa estratégia, está a política do governo chinês de fortalecer a moeda, o yuan.

A ideia é massificar a presença de instituições financeiras chinesas a ponto de pleitear do Brasil que as transações comerciais e de investimentos sejam feitas diretamente na moeda chinesa.

“Isso levaria a uma redução de custos das transações nas duas pontas”, diz Sérgio Quadros, ex-gerente do Banco do Brasil na China que hoje pesquisa os benefícios da expansão da moeda chinesa no país.

Para ele, o Brasil pode ganhar com essa política. As empresas nacionais poderiam, por exemplo, se financiar comprando títulos chineses em yuan no exterior, pagando menos.

“Hoje, mais de 90% das reservas brasileiras são em dólar”, diz Quadros. “Tenho certeza de que a China gostaria que uma parte fosse em yuan.”

Segundo ele, hoje bancos centrais mantêm o equivalente a US\$ 202 bilhões de suas reservas na moeda chinesa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/11/2019

Seção: Mundo

Autor: Patrícia Campos Mello e Talita Fernandes

Título: Em reunião fechada, Bolsonaro se retrata por críticas à China

Pedido de desculpas em encontro reservado com os líderes do Brics mira investimento dos chineses no país

Em encontro reservado com os líderes do Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), Jair Bolsonaro (PSL) fez uma retratação sobre as críticas feitas por ele à China durante as eleições.

Segundo relatos feitos à Folha por participantes da reunião desta quinta-feira (14), Bolsonaro disse ter falado mal do país asiático em 2018, na condição de candidato, mas afirmou que hoje todos sabem que isso não reflete a verdade.

A declaração foi feita pela manhã, durante a sessão fechada da 11a Cúpula de Líderes do Brics, no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

Além de Bolsonaro, estavam presentes os líderes da Rússia, Vladimir Putin, da China, Xi Jinping, da África do Sul, Cyril Ramaphosa, e da Índia, Narendra Modi.

Em fevereiro de 2018, quando viajou a Taiwan, o então deputado federal disse que os chineses estavam comprando o Brasil. O tom se manteve ao longo de toda a corrida presidencial, levando a um mal-estar com o governo chinês.

Para desfazer o clima ruim com o gigante asiático, o vice-presidente, Hamilton Mourão, fez uma viagem oficial no primeiro semestre deste ano que serviu como precursora da comitiva liderada por Bolsonaro que pousou na China em outubro.

O presidente brasileiro é crítico de governos de esquerda e comunistas e costumava inserir a China nesse grupo. É frequente em suas declarações a desaprovação de regimes como o de Cuba e da Venezuela.

De olho no investimento chinês no Brasil, ele começou a mudar o tom. Ao chegar a Pequim, no mês passado, Bolsonaro disse não se sentir constrangido, porque estava em um país capitalista.

O encontro bilateral com Xi foi o primeiro dos quatro dos quais o presidente brasileiro participou e o único a ser realizado no Palácio do Itamaraty, à margem da Cúpula do Brics. Na reunião privada, os dois trocaram gentilezas, e Bolsonaro disse que gostaria de levar a primeira-dama, Michelle, para conhecer a China.

Mesmo na declaração final da cúpula, o Brasil acabou aceitando a inclusão de alguns tópicos que são prioritários para a China e desagradam aos Estados Unidos. O texto ecoou vários dos discursos de Xi durante a cúpula ao condenar medidas unilaterais e protecionistas, contrárias às regras da OMC (Organização Mundial do Comércio) — uma referência clara à guerra tarifária travada pelos EUA contra a China.

O principal tema da conversa privada com os líderes do Brics foi soberania. Segundo participantes, Bolsonaro acabou não fazendo um discurso que estava previsto, cujo principal tema era o combate ao globalismo.

Na conversa, Bolsonaro também criticou a demarcação de terras indígenas para os líderes presentes, segundo relatos feitos à Folha. Ele disse que governos anteriores do Brasil foram antipatrióticos por reservarem terras cheias de minérios para indígenas e deu a entender que isso não acontecerá mais.

Nos últimos três meses, a China “socorreu” o Brasil em dois momentos internacionais importantes. Durante a avalanche de críticas contra a política ambiental de Bolsonaro para a Amazônia, a China foi um dos únicos países que ofereceram apoio ao mandatário brasileiro.

O número dois da embaixada da China no Brasil, Qu Yuhui, afirmou na época ao jornal O Globo que a política ambiental do Brasil era uma das mais rigorosas do mundo e que a crise era fabricada.

Durante a cúpula do Brics, Bolsonaro agradeceu a Xi Jinping em várias ocasiões pelo que chamou de reconhecimento da soberania brasileira sobre a Amazônia.

Depois, como revelou reportagem da Folha, a China salvou o megaleilão do pré-sal de um fiasco.

Para evitar a ausência de interessados estrangeiros no leilão, o presidente Bolsonaro pediu a Xi Jinping que as petroleiras chinesas participassem do certame.

O pedido ocorreu durante a visita de Bolsonaro à China, em outubro. Naquele momento, o governo brasileiro já temia que não houvesse interesse estrangeiro pelos campos leiloados.

A previsão estava correta: as 17 grandes petroleiras mundiais não quiseram participar do leilão. As petroleiras CNOOC e CNODC, controladas pelo governo chinês, entraram com participação de 5% cada uma no consórcio que arrematou o campo de Búzios. Não fosse por elas, o Brasil teria vendido apenas para si mesmo, como afirmou o ministro da Economia, Paulo Guedes.

O governo mantém seus dois objetivos para a relação com a China. O primeiro é aumentar o valor agregado das exportações brasileiras para os chineses, hoje muito concentradas em commodities — nesse tema, ainda não há nenhuma sinalização concreta da parte dos chineses.

O segundo objetivo é atrair investimentos da China em infraestrutura no Brasil — e Xi acenou durante a cúpula com uma maior atuação da Iniciativa Cinturão e Rota, que fomenta projetos considerados estratégicos por Pequim e oferece financiamento do Banco de Desenvolvimento da China.

Bolsonaro está tentando conciliar dois movimentos antagônicos dentro do governo: um do núcleo mais ideológico, que prega alinhamento automático com os Estados Unidos, e outro mais pragmático, que reconhece a necessidade de intensificar relações com a China.

Esse equilíbrio do Brasil entre demandas da China e EUA será testado no segundo semestre do ano que vem, durante o leilão do 5G. Os EUA pressionam para que o Brasil barre a gigante chinesa de telecomunicações Huawei do fornecimento, afirmando que ela representa uma ameaça à segurança nacional.

Os chineses oferecem o pacote mais barato, na comparação com os concorrentes (Ericsson e Samsung), e podem retaliar o Brasil em áreas importantes, caso sejam excluídos do fornecimento. Até agora, só a Austrália, Nova Zelândia, Japão e Vietnã se renderam às pressões dos americanos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/11/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Mareei Rizzo

Título: Parte de óleo recolhido em praias vira cimento e carvão

Fortaleza- As dez toneladas do óleo que apareceram nas praias do Ceará se transformaram em combustível alternativo para a fabricação de cimento. Na Bahia, testes realizados na UFBA (Universidade Federal da Bahia) já transformaram alguns quilos de óleo em carvão que poderia ser usado em asfaltamento.

Em Pernambuco, mais de 1,6 mil toneladas do produto foram enviadas para o Eco-parque Pernambuco, empresa privada especializada em tratamento e destinação final de resíduos sólidos. A ideia é que esse material, no futuro, se transforme em combustível para cimenteiras.

Essas são algumas das alternativas já encontradas por iniciativa própria de estados ou universidades para o descarte do material que, segundo o Ibama, já afetou mais de 500 locais nos nove estados do Nordeste e o Espírito Santo.

A orientação do Ibama é que as prefeituras das cidades atingidas cuidem do armazenamento do óleo por ora — posteriormente, deverá ser feita uma avaliação sobre a quantidade do material e a melhor destinação, como aterro para produtos perigosos ou incineração em fornos de cimenteiras. Não há, porém, restrição de que já seja feito esse envio a cimenteiras com licença para realizar o procedimento, caso do Ceará.

No estado, a Semace (Superintendência Estadual do Meio Ambiente) decidiu fazer uma parceria com uma cimenteira para o descarte do óleo. Até agora dez toneladas foram enviadas à fábrica da empresa em Quixeré.

Em outubro, a ABCP (Associação Brasileira de Cimento Portland) emitiu nota informando o interesse do setor em receber óleo recolhido para transformação em combustível alternativo.

Na Bahia, o Instituto de Química da UFBA transformou, em pequena escala, o óleo em carvão. Parte do óleo usado por pesquisadores veio da Prefeitura de Salvador, após pedido, mas a maioria chegou por meio de voluntários. A própria pesquisadora Zenis

Novais da Rocha, responsável pelo projeto, foi à praia de Ondina e recebeu baldes cheios do material.

Em Salvador, o óleo prioritariamente tem sido armazenado na Limpurb (Empresa de Limpeza Urbana), seguindo as orientações do Ibama.

Em nota, o Ibama informou que o material encontrado em cada uma das praias é afastado da faixa de areia sob influência da maré e está sendo acondicionado em recipientes apropriados, de forma a evitar quaisquer contaminações em solo ou subsolo. Os resíduos não podem ser colocados em lixo comum.

O órgão também afirma que parte deste material foi recolhido para a Petrobras e outra parte para empresas de tratamento de resíduos dos governos estaduais e municipais atingidos pelo óleo.

No entanto, reportagem da Folha de outubro apontou que em muitas praias os sacos com óleo foram armazenados a céu aberto e abandonados e que faltavam informações aos voluntários sobre a destinação correta do material.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/11/2019

Seção: Sociedade

Autor: WILLIAM HELAL FILHO

Título: 'Nossa aparente normalidade inclui uma rotina de catástrofes'

Entrevista: Ailton Krenak/ ambientalista

No Rio para mediar ciclo de debates sobre o planeta, líder indígena critica 'lógica de produção' que gera crises como o derramamento de óleo nas praias do Nordeste

Deixar a mansidão do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, para aterrissar no Rio na hora do rush noturno da última segunda-feira chuvosa e ir direto para uma entrevista exige uma dose de complacência do pensador e ambientalista Ailton Krenak.

“Acho que não pensei direito quando topei”, diz, com humor e toda serenidade do mundo, o líder indígena de 66 anos, que está na cidade para mediar a segunda edição do “Selvagem”, ciclo de debates entre ecologistas que termina hoje, no Teatro do Jardim Botânico.

Mas, depois de se aninhar no sofá de uma casa de vila na Gávea e de inalar um pouco de rapé (pó feito com folhas de tabaco), Krenak faz as pazes com o cansaço. Logo, está dando corda aos pensamentos que forjaram o elogiado livro “Ideias para adiar o fim do mundo” (Companhia das Letras), lançado neste ano.

Na conversa, o ativista mineiro denuncia a situação calamitosa do povo krenak, no Rio Doce, quatro anos após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana; critica os planos do governo de exploração da Amazônia e questiona a noção de Humanidade “excludente”, que marginaliza os povos da floresta.

Segundo Krenak, é preciso entender a floresta como um mundo repleto de humanidades, e não um “arranjo de árvores” ou fonte de recursos. Para ele, a sociedade está imersa numa “ecologia do desastre”, que normaliza tragédias como o derramamento de óleo no litoral do Nordeste.

Qual a urgência de um evento como o “Selvagem”, reunindo pesquisadores da academia e da floresta para pensar o planeta?

Quando abrimos a perspectiva do “Selvagem”, queríamos transcender a realidade bruta do cotidiano. Os enunciados dos debates escapam da rotina, mesmo que a gente não possa ignorá-la. São temas como a atmosfera, o cosmos, a vida... Os pensamentos que juntei no “Ideias para adiar o fim do mundo” têm esse propósito também, de não se render ao cotidiano, de pensar a existência como parte da nossa presença no planeta. E, nesta plataforma que é a Terra, explorar possibilidades de existência. Sair da ideia de que a vida tem a duração de uma pessoa, o que gera uma descontinuidade de propósito. É preciso questionar a ideia de progresso que embasa o senso comum da suposta Humanidade.

O livro critica essa Humanidade, que exclui povos originários, como caiçaras, indígenas...

Essa ideia de Humanidade coloca os povos que vivem da terra numa borda, como se o planeta tivesse seções. Enquanto uns habitam, outros perambulam, zumbizando na marginalidade. Mesmo quando se tenta abrir o clube, levando a esses povos saneamento ou saúde, isso é feito como uma dádiva, não uma experiência de compartilhamento.

É uma humanidade idealizada porque, se você apertar, não tem os valores que prega. Essa realidade gera uma afixação por realização individual. E, na busca

pela realização individual, a pessoa quer que o mar se dane, que a floresta se dane. Se ela se safar, o mundo pode afundar. Essa radicalização me deixa desolado.

Temos chance de conhecer uns aos outros ou vamos aprofundar o individualismo?

Agente está tão obcecado com nossas carreiras, produtividade, que não se dá conta de que vivemos em desequilíbrio?

Esse “a gente” é a população do planeta afetada por esse choque mental. A lógica da produção não para. Agora mesmo, estamos com as praias cheias de borras de óleo, empastelando os mangues, e as pessoas perguntam como chegamos a esse absurdo. A aparente normalidade que vivemos inclui um cotidiano de catástrofe que vai sendo naturalizado. Se não fosse naturalizado, estaríamos arrancando os cabelos, perguntando o que aconteceu com a costa do Nordeste. As pessoas que moram naquelas praias dependem do que tiram do mar, num sistema artesanal. Eles não têm tecnologia pra superar a crise e sair vitorioso, como a narrativa do progresso sugere.

Como é essa narrativa?

E uma narrativa que diz que, quando há um acidente, cria-se uma oportunidade. E aí a sociedade vai criando acidentes e oportunidades. É a ecologia do desastre. Quando somos convencidos de que uma crise na nossa relação com a natureza pode ser assimilada, seguimos agindo como sempre, achando que vamos resolver tudo. As pessoas se acostumaram com as tragédias, incorporaram na rotina, criando uma ecologia humana para viver com a desgraça. Botam máscaras para viver com a poluição, mudam a rotina da escola, determinando que naquele mês não tem aula porque o ar fica irrespirável. Na ecologia do desastre, você se adapta a um sistema estragado como se fosse natural. E assim vai. As praias do Nordeste ficam empasteladas, e agente fica aqui, esperando nossa vez.

Mas já existe a consciência de que o planeta não é infinito e que estamos causando danos à Terra. Os povos da floresta correm um risco maior?

A ideia de um planeta infinito mudou, mas, com isso, muda a visão sobre o acesso das populações tradicionais a seus territórios. Ora, o discurso do governo brasileiro vai contra a Constituição Federal, que assegura aos povos indígenas as suas terras. O governo diz que vai rever isso. Só a manifestação pública dessa vontade já é grave, cria constrangimento para todos.

Como o governo de um país ataca sua população originária acusando-a de não colaborar com o progresso? De não ceder seus rios para hidrelétricas ou suas terras para mineração?

Como se houvesse uma cruzada para salvar o capitalismo falido arrancando tudo da terra? Esses povos sempre dirão que a terra é nossa mãe e não está à venda.

Há uma falta de entendimento do que é uma floresta?

As pessoas imaginam que a floresta é constituída apenas por árvores. Não estamos falando de um arranjo de árvores que podem ser levadas em um caminhão como mercadoria, mas de uma galáxia de interação com a vida, repleta de humanidades. É intangível. Só que é difícil explicar isso a alguém que nunca esteve na floresta com um povo indígena. É o lugar onde a vida acontece, e não uma fonte de recursos. Quando digo que a floresta é um mundo, as pessoas acham uma simplificação. Porque nunca viram a floresta. Assim como muita gente nunca viu o oceano. A compreensão da floresta como algo vivo implica num respeito que estabelece uma ética da existência, a reciprocidade com a natureza.

Neste mês, completaram-se quatro anos desde que se rompeu a barragem da Samarco, em Mariana. Como está o povo krenak, que vive às margens do Rio Doce?

É um povo exilado em seu próprio território. Estamos há quatro anos com o Rio Doce estagnado de lama da mineração. As famílias vivem de cesta básica, da assistência que o Ministério Público exige da Vale, da Samarco, da BHP, responsáveis por esse crime. Gente que era independente, que vivia do rio, agora depende de assistência. Se esperar o rio voltar a ter peixe, a gerar subsistência, pode levar 20 a 30 anos. É uma geração que vai nascer e crescer na beira de um rio interditado. Uma visão assustadora do futuro.

MME / ASCOM .